

Fractais e O (Mau) Comportamento dos Mercados foram publicados em Portugal.

Na biologia, as ideias da genética, onde a necessidade se conjuga de uma forma muito interessante com o acaso, foram discutidas entre nós pelo biólogo Germano da Fonseca Sacarrão, docente na Univ. de Lisboa, nos seus ensaios *Ontogenia, Evolução e Sociedade, A Biologia do Egoísmo e Biologia e Sociedade*.

Bibliog.: ALMEIDA, Teodoro de, *Recreações Filosóficas*, t. IX, Lisboa, s.n., 1793; BERNARD, Claude, *Introdução à Medicina Experimental*, Lisboa, Guimarães Editores, 1959; BOMBARDA, Miguel, *A Ciência e o Jesuitismo: Réplica a Um Padre Sábio*, Lisboa, Parreira António Maria Pereira, 1900; *Id.*, *A Consciência e o Livre Arbitrio*, 2.^a ed., Lisboa, Parreira António Maria Pereira, 1902; CARDOSO, Adelino, “Filosofia e história das ciências: a inteligibilidade científica no Portugal oitocentista”, in CALAFATE, Pedro (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português, o Século XIX*, t. 2, Lisboa, Caminho, 2004, pp. 13-41; FITAS, Augusto et al., *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008; GOMES, Pinharanda, *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Dom Quixote, 2004; MANDELBROT, Benoît, *Objectos Fractais: Forma, Acaso e Dimensão*, Lisboa, Gradiva, 1991; *Id.*, *O (Mau) Comportamento dos Mercados: Uma Visão Fractal do Risco, da Ruína e do Rendimento*, Lisboa, Gradiva, 2006; MATOS, Júlio de, “O determinismo na psicologia”, *O Positivismo*, vol. I, 1878, p. 29; PEIXOTO, José P., e OORT, Abraham H., *Physics of Climate*, Melville, American Institute of Physics, 1992; QUENTAL, Antero de, *Sonetos*, org., pref. e anot. António Sérgio, Lisboa, Sá da Costa, 1984; *Id.*, *Obras Completas. Filosofia*, org., introd. e notas Joel Serrão, Ponta Delgada, Universidade dos Açores/Comunicação, 1991; SACARRÃO, Germano da Fonseca, *Ontogenia, Evolução e Sociedade: Fragmentos de Biosociologia*, Porto, Tip. Domingos d’Oliveira, 1977; *Id.*, *A Biologia do Egoísmo*, Mem Martins, Europa-América, 1981; *Id.*, *Biologia e Sociedade*, Mem Martins, Europa-América, 1988.

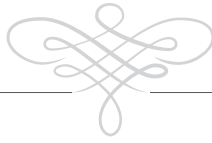
CARLOS FIOLEAIS

Antiditatorialismo

Uma tentativa como a que se segue, de proporcionar um breve panorama histórico do antiditatorialismo em Portugal, não pode ser senão uma tentativa condenada à partida. Isto decorre do facto de o antiditatorialismo em Portugal cobrir um intervalo de tempo que se estende praticamente ao longo de 50 anos (1926-1974); sendo assim, qualquer panorâmica com estas características deixa necessariamente de lado muitos fatores, eventos e personagens fundamentais. Na verdade, iremos centrar-nos no esboço dum quadro geral, nuns poucos períodos ou momentos decisivos para a evolução da situação e, enfim, nuns poucos atores e numas poucas instituições cuja entrada em cena representa momentos-chave do antiditatorialismo português.

Para começar, devemos fazer notar que, no caso do antiditatorialismo português, o que está em causa não é a mera ideia de ditadura; o que está em jogo não é, por assim dizer, um debate abstrato sobre as várias possibilidades de constituição de um governo – entre as quais se encontra a ditadura e se encontram também aqueles que se opõem à possibilidade de a ditadura constituir uma forma desejável de governo. No caso português, o que está em causa é, e consoante o momento no tempo a que um movimento antiditatorialista se refere, a ditadura a consolidar-se (a Ditadura Militar) ou a ditadura consolidada (o Estado Novo).

De seguida, devemos notar que o início da Ditadura Militar não se deu sem luta ou sem resistência. Ainda que não estejamos em condições de levantar neste



Fotografia dos membros do Governo resultante da revolta militar de 28 de maio de 1926.

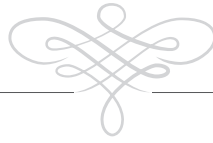
artigo as razões e os diversos fatores que contribuíram para esse facto, a verdade é que a queda da Primeira República, e a consequente adoção de um regime alternativo, não se fez sem uma reação de contramovimentos republicanos democratas. Há notícias de combates militares, de ataques aéreos e de artilharia sobre cidades, de barricadas e lutas de rua, de fuzilamentos sumários, etc., em especial em grandes cidades (Lisboa, Porto e Setúbal) e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira – em suma: há notícias de centenas de mortos e feridos, de milhares de presos ou deportados.

Neste período inicial de ditadura, o que se nota é que a oposição é composta de movimentos desorganizados entre si, eventualmente antagónicos quanto aos fins a obter, mas que encontram na ditadura em consolidação um inimigo comum. Existem pelo menos três movimentos de natureza diversa: o anarco-sindicalismo e o comunismo concentram-se na reivindicação económica, na luta sindical e eventualmente em fornecer infantaria para as revoltas populares; a precedência intelectual e política, no entanto, cabe a

esse movimento a que se convencionou chamar reviralhismo.

O reviralhismo ganha o seu nome da intenção – de revirar, regenerar a república, ainda que uma república depurada, que evitasse a instabilidade sociopolítica, os diversos golpes palacianos, etc.; e, embora dure até 1940, tem o seu auge entre 1926 e o início da déc. de 30. Encontra a sua base principal de apoio entre os republicanos democratas e liberais; mas, vendo bem, o reviralhismo caracteriza-se pela heterogeneidade, a ausência de coesão ou coesão política e de unidade de ação dos seus apoiantes, que tinham origens e propunham estratégias muito diversas. Em geral, a sua ação passava pelo golpe militar e pela insurreição, *i.e.*, por retomar o poder pela força, tal como o poder tinha sido retirado. A mais emblemática de todas as tentativas de revolta reviralhistas, e paradoxalmente a que marca o início do declínio do movimento, terá sido a de 26 de agosto de 1931. Aliás, o ano de 1931 é consensualmente tido como o ano em que a Ditadura Militar é mais vezes posta à prova pelos seus adversários.

Ora, por um lado, se os sucessivos ataques reviralhistas dificultaram a consolidação do regime, obrigando-o a concessões e a uma certa descaracterização perante a sua base de apoio, por outro lado, o clima instalado de permanentes golpes e guerra civil, e a dificuldade de obter apoio popular significativo num país maioritariamente analfabeto e conservador, fizeram com que o movimento perdesse progressivamente força. De facto, a existência de adversários (e, em especial, os efeitos das suas ações) serviu de pretexto para uma resposta do regime, na forma de uma concentração de meios e de poder. Lentamente, consolidou-se (entre as classes dominantes, as chefias militares, os meios políticos,



a classe média urbana, etc.) a solução autoritária e antiparlamentar, com isso esvaziando-se a solução reformista e revolucionária do republicanismo reviralhista.

Alguns autores defendem, aliás, que a conformação que a ditadura virá a ter resulta diretamente do confronto que, nos seus primeiros anos, teve com o reviralhismo. Melhor: resulta das formas encontradas para conter e eliminar focos de reviralhismo que persistiam. É esse o caso do reforço do Estado policial e do reforço da vigilância à imprensa; e é esse o caso do plano de um projeto legislativo, de natureza corporativa e autoritária, que viria a consagrar-se na Constituição de 1933, que consolida a ditadura e que marca o início do Estado Novo.

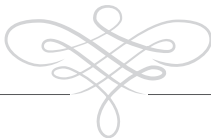
A Constituição de 1933 assinala, naquilo que diz respeito à relação de forças entre os diversos movimentos antiditatorialistas, um momento de inflexão. A Constituição legisla a ilegalização dos sindicatos livres e a supressão de liberdades fundamentais (de associação, reunião, expressão, etc.); sujeita à aprovação prévia do Governo a constituição de qualquer associação e a homologação dos respetivos estatutos e corpos gerentes; na prática, proíbe, por via administrativa, os partidos políticos. Ora, a inflexão a que acima se fazia referência passa por notar que a mais significativa revolta com que a oposição procurou conter esta legislação se deu na insurreição nacional de 18 de janeiro de 1934 (também conhecida por Revolta da Marinha Grande), que foi organizada por anarquistas, comunistas e operários.

Acontece que, após a repressão dessa revolta, o PCP se torna a única organização política permanente; através de uma atividade regular, de uma estrutura partidária adaptada à clandestinidade, do fomento de agitação política, etc., o PCP

passa a liderar a oposição ao regime e a reforçar a sua influência.

O reforço da influência do PCP e a sua capacidade de operar na clandestinidade são fatores fundamentais para compreender o surto reivindicativo do operariado industrial nos inícios da déc. de 40. Supunha-se que, apesar de a oposição nunca ter desaparecido e de, na verdade, ser vigiada pelo Estado, as grandes iniciativas da oposição estariam, em geral, corporativamente controladas; assim, o redespertar da agitação social nos primeiros anos da déc. de 40 – e, em especial, a escala e a intensidade da agitação social, sem precedentes no Estado Novo – pareceu surpreender o regime. Entre os anos de 1942 e de 1944, há uma sucessão de grandes greves operárias; mas não são só os proletários que se manifestam: há notícias de movimentos grevistas de assalariados rurais (inicialmente sobretudo na região e nos arredores de Lisboa, e, mais tarde, um pouco por todo o país, em especial nos centros industriais); há igualmente notícias de descontentamento da classe média urbana.

De facto, o problema estava a ser acentuado pela guerra. A incapacidade de conter a oposição e as suas reivindicações advinha, em grande parte, de desigualdades que a guerra não cria mas aumenta: a fatores como a fome, os salários insuficientes, o agravamento das condições de trabalho, etc., vêm juntar-se a falta de géneros, por força da requisição de cereais, e, enfim, a insensibilidade com que o regime abordava o problema social, que se revela, *e.g.*, na política de congelamento salarial. O que resulta desta situação de tensão são dezenas de motins de camponeses, manifestações de rua, ocupação de instalações pelos grevistas, choques violentos com a polícia, várias prisões e julgamentos por crime de sublevação, etc.



Este quadro muda, e de certo modo intensifica-se ou complexifica-se, no período pós-guerra.

Por um lado, intensifica-se ou complexifica-se a oposição ao regime. A vitória aliada, e a consequente queda dos regimes fascistas por toda a Europa, parece abrir um horizonte de mudança inevitável, também na península Ibérica e em Portugal; o efeito é um aumento do surto oposicionista. Juntam-se à oposição comunista organizações socialistas e também social-democratas; geram-se novos partidos clandestinos e abre-se toda uma nova geração de quadros intelectuais, políticos e operários, formada na luta antifascista do fim dos anos 30 e durante o conflito mundial; no fundo, toda uma cultura antifascista e antiditatorial, por assim dizer, dá frutos. Nasce, em 1943, o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista, a que irá suceder, em 1945, o Movimento de Unidade Democrática.

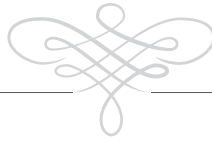
Não podemos deixar de assinalar que este aumento de surto oposicionista no pós-guerra trazia também um elemento de desagregação à oposição. Se até aqui a oposição era conduzida pelo PCP, o alargamento das forças políticas em campo gerou focos de tensão entre as diferentes forças (entre as suas táticas e estratégias, mas também entre os diferentes fins sociais que pretendiam obter). Considere-se, *e.g.*, que a força social-democrata era, *lato sensu*, composta de antigos militares republicanos e intelectuais sem filiação partidária, com frequência de formação anticomunista; e que a sua estratégia partidária passaria menos pela insurreição e mais por uma transição pacífica de regime, através de alianças com dissidentes do salazarismo.

Da parte do regime, por outro lado, o período pós-guerra é também um período de alguma desorientação e desagregação. Porém, a estratégia parece passar,

antes de mais, por aproveitar o facto de a oposição ser menos um bloco e mais um conjunto de focos isolados, e, nesse sentido, o regime encontra campo para dar vários golpes, que têm efeito duradouro sobre as décadas seguintes.

Em primeiro lugar, não podemos deixar de mencionar a posição do regime perante a tensão da Guerra Fria; esta gera tensões entre as diferentes forças da oposição, e a integração do regime sob a influência americana, ainda que tenha acontecido de modo reticente, extrema as posições já de si divididas dos vários movimentos oposicionistas, de certo modo apaziguando alguns dos focos da oposição. Em segundo lugar, temos de notar o esvaziamento da oposição que parece resultar das eleições legislativas de 1949. Por fim, o regime parece conseguir reagrupar-se à volta daquela que é, à data, a sua principal base de apoio: homens conservadores, de formação católica ou monárquica, cujo apoio ao regime lhes permitia manter os seus privilégios e interesses, o seu estatuto, a sua influência política, o seu poder, etc., assentes sobretudo na agricultura rural de cariz tradicional e no comércio com as colónias. Assim, os homens à volta dos quais o regime se reagrupa constituíam uma espécie de elite enraizada no aparelho do Estado (na Assembleia, na União Nacional, nos diversos órgãos de propaganda, etc.), que usava o Estado como escudo protetor contra o desenvolvimento industrial, a reforma agrária, a concorrência, a descentralização colonial, a reforma social, económica e política, etc.

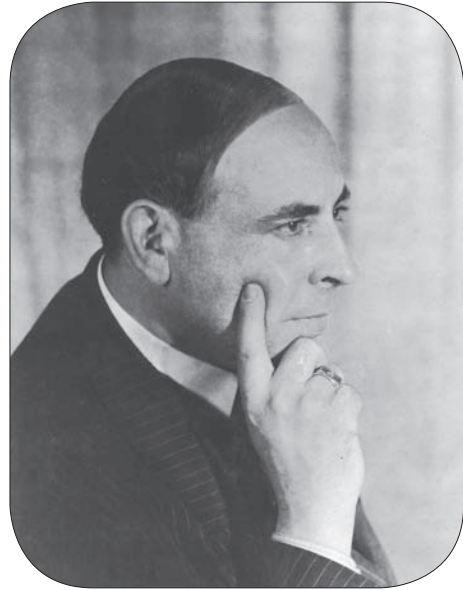
Abstraindo agora de todos os eventos, personagens e desenvolvimentos históricos a que este artigo não pôde nem poderá dar vazão, fatores que no limite acabaram por criar as condições para a queda da ditadura, importa ainda mencionar dois casos que viriam a ser decisivos para



a definitiva implantação popular de um certo ambiente antiditatorial: a candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, e o problema colonial, em especial ao longo da déc. de 60.

A candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958 é simbólica em três aspetos principais. Antes de mais, porque sintetiza e culmina um processo progressivo de tensão social acumulada – assente, como vimos, numa expectativa difusa (que à época não parecia mais próxima de se cumprir) de mudança de regime. O que estava então em curso era um ataque estatal político, de natureza policial, em várias frentes: contra o PCP e associações a ele vinculadas; contra algumas figuras de vulto, vítimas de demissões compulsivas; contra os oposicionistas, muitos deles presos por razões meramente políticas, etc. Em segundo lugar, é simbólica porque, na verdade, abala não só o regime mas também a oposição: o homem escolhido como adversário do candidato do regime não pertencia, de facto, a nenhuma das fações oposicionistas. Em terceiro lugar, é simbólica porque corresponde, também ela, a um ponto de viragem histórica.

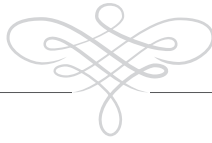
Não era a primeira vez que uma lista alternativa ao regime se candidatava a eleições presidenciais; isso tinha já acontecido em 1949 e 1951. Porém, a candidatura de Humberto Delgado parecia revestir-se de grande apoio popular, pelo que a fraude eleitoral, que resulta na vitória de Américo Tomás em 1958, tem por consequência uma onda de agitação que é, ao mesmo tempo, e talvez pela primeira vez, tanto de cariz político quanto de cariz social e popular. É possível argumentar que, nos anos que se seguiram e até à sua queda, o regime nunca se libertou dessa pressão – pressão que obrigou a uma reorganização do regime, até à sua descharacterização e à perda da sua base de



Humberto Delgado (1906-1965).

apoio, que obrigou a reformas, que gerou deserções, dissidências e desmobilização, que levou ao progressivo isolamento de Salazar, à luta pela sucessão entre marcelistas e costistas, e, por fim, à subida ao poder de Marcelo Caetano, sobre quem pesava a possibilidade de uma transição pacífica de regime.

Mais ou menos em paralelo, a partir do fim da déc. de 50, ganha relevo a questão das colónias. Perante o cenário internacional, que se ia desenhando, de independência e de libertação nacional das colónias em relação aos impérios, o Estado Novo já tinha feito uma deriva que o levava a reforçar o ultramar português e a uma viragem económica para África. Porém, posto perante o deflagrar de várias frentes de guerra, nos diferentes territórios, no início da déc. de 60; posto perante a oposição, que não só manifestara o apoio político à independência das colónias, como prestava apoio militar a essa pretensão; posto perante as dúvidas de altos comandos militares sobre a



validade da guerra e a sua aposta numa mudança de regime, que a interrompesse; e posto, por fim, perante a opinião pública, que sofria os vários efeitos e os custos da guerra, o regime foi sofrendo uma pressão de força cada vez maior, da qual se pode também argumentar que nunca se libertou.

Bibliog.: DELGADO, Iva *et al.* (coords.), *Humberto Delgado. As Eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998; FARIA, Cristina, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Colibri, 2000; FARINHA, Luís, *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1999; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *A Unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*, 2.ª ed., Lisboa, Europa-América, 1973; MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra: Estudo sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993; PIMENTEL, Irene Flunser, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2014; RABY, David L., “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47”, *Análise Social*, vol. xx, n.º 84, 1984-85, pp. 687-700; RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal: Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, 1990; SILVA, Maria Isabel Mercês de Melo Alarcão e, *O Movimento da Unidade Democrática e o Estado Novo (1945-1948)*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1994.

BRUNO VENÂNCIO



Antidivorcionismo

A identificação do antidivorcionismo como corrente pode ser situada nos finais do séc. XIX, embora os seus principais advogados se situem na primeira metade do séc. XX, facto justificado, em Portugal, pela célebre Lei do Divórcio, aprovada a 25 de dezembro de 1910 como um produto das reivindicações republicanistas. Importa assim esclarecer, em primeiro lugar, os antecedentes da corrente em apreço, para o que teremos de recuar a um período anterior ao séc. XIX. Em segundo lugar, efetuar uma descrição sumária dos defensores do divórcio como meio de cessação da relação conjugal estabelecida, o que nos conduzirá ao enquadramento da corrente quer ao nível nacional, quer na esfera internacional. O papel desempenhado pela literatura jornalística e pela atividade jurisprudencial não pode ser ignorado, considerando que através destas fontes se construiu uma consciência geral do entendimento vigente acerca do que era o casamento e do que representava um ataque a esta instituição. A influência da Igreja na construção de um modelo de casamento, formalmente designado de matrimónio enquanto sacramento, contribuiu igualmente para a condenação efetuada pelo antidivorcionismo. Neste aspeto particular, importa não esquecer o papel desempenhado pela atividade católica local, pelo menos no caso português, que se manifestava contra qualquer tentativa de rutura da união firmada no casamento.

Em matéria de antecedentes, identificamos em período anterior ao séc. XIX um sentimento contrário à rutura da